UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – MACAÉ (ICM)
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO DE MACAÉ

Ata de Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso
de Direito do Instituto de Ciências da Sociedade –
Macaé/ICM da Universidade Federal Fluminense.

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, reuniram-se os membros do Colegiado do Curso, às 16:00 horas, de modo remoto, através da Plataforma *Google Meet*, com fundamento no artigo 2º do Decreto 10.416, de 7 de julho de 2020. Presentes na Reunião os(as) seguintes Professores(as), que compõem o Colegiado do Curso: Álvaro Maciel, Camilo Carneiro, David Fernandes, Francisco Alves (presidente), Hamilton Ferraz, Heron Abdon, Jorge Flores, Lúcio Facci e Paulo Brasil Dill. Ausentes, justificadamente, os Professores Lúcia D’Aquino, em banca de TCC e Saulo Bichara, em férias oficiais. O Professor Fabiano Aquino participou da reunião na qualidade de ouvinte, considerando o período de férias oficiais. A representação discente ausente, embora devidamente convidada. Passou-se à análise dos pontos da presente reunião:

- 1) Análise e deliberação acerca do pedido de **reingresso sem concurso**, Processo SEI nº 23069.185065/2023-21, interessado: **PATRICK DOS SANTOS DA SILVA**, curso de origem: **Administração**. O Colegiado decidiu, por unanimidade, no sentido de **DEFERIR** o pedido, para que seja aceita a solicitação de concessão de vaga, indicando-se o currículo 84.01.003, turno integral. O ato fundamenta-se no disposto no art. 14 §4º da INSTRUÇÃO DE SERVIÇO PROGRAD Nº 20/2020 passando a utilizar como critério de eliminação ou admissão os interessados egressos de cursos pertencentes às grandes áreas definidas pelo CNPQ e CAPES vinculados Ciências Sociais Aplicadas e Ciências humanas.
- 2) Análise e deliberação acerca do pedido de **reingresso sem concurso**, Processo SEI nº 23069.183118/2023-70, interessado: **HUGO ESCOBAR SANTOS**, curso de origem: **Administração**. O Colegiado decidiu, por unanimidade, no sentido de **DEFERIR** o pedido, para que seja aceita a solicitação de concessão de vaga, indicando-se o currículo 84.01.003, turno integral. O ato fundamenta-se no disposto no art. 14 §4º da INSTRUÇÃO DE SERVIÇO PROGRAD Nº 20/2020 passando a utilizar como critério de eliminação ou admissão os interessados egressos de cursos pertencentes às grandes áreas definidas pelo CNPQ e CAPES vinculados Ciências Sociais Aplicadas e Ciências humanas.
- 3) Deliberação acerca da proposta do NDE sobre a criação de um instrumento de autoavaliação do Curso de Direito de Macaé. O Colegiado do Curso, por unanimidade, decidiu autorizar a criação do instrumento de autoavaliação.
- 4) Análise e deliberação acerca da proposta de regulamentação do exame de proficiência, conforme previsto no art. 88 da Resolução CEP n. 01/2015 (Regulamento Geral dos Cursos de Graduação). O Colegiado do Curso decide, por unanimidade, aprovar a proposta de normativa nos seguintes termos:

“**Art. 1º.** Dispor sobre a criação de critérios para o exame de proficiência no Curso de Direito de Macaé (MCD).

§ 1º. O exame de proficiência é o procedimento a ser requerido por discente do Curso de Direito de Macaé, regularmente matriculado a partir do 9º (nono) período do curso, que deseje ser liberado de cursar disciplina componente do currículo de seu curso.

§ 2º. Atendido o critério previsto no parágrafo antecedente, o discente poderá requerer até 10 % da carga horária do curso por meio de Exame de Proficiência, nos termos § 4º, do Art. 88, in fine da Resolução CEP nº. 001/2015 (Regulamento dos Cursos de Graduação da UFF).

§ 3º. O discente poderá solicitar a aplicação de Exame de Proficiência em disciplinas do currículo do curso de Direito de Macaé que constem no § 1º deste artigo, sem prejuízo de outros estabelecidos pelo Colegiado de Curso, atendidos os seguintes critérios:

I - Não ter cursado a disciplina anteriormente;

II - Não ter sido reprovado previamente em:

a) Exame prestado para a mesma disciplina;

b) Pelo menos 2 (dois) exames realizados para disciplinas distintas.

Art. 2º. O requerente deverá preencher os itens do Anexo Único e encaminhar à Secretaria da Coordenação de Curso nos prazos estabelecidos pelo Calendário Escolar anual aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) da UFF.

§ 1º. O requerente deverá juntar cópia do histórico escolar e declaração de matrícula demonstrando que preenche o requisito previsto no parágrafo único do art. 1º desta Instrução.

§ 2º. Após a análise do pedido pela Coordenação de Curso, o requerente será comunicado por e-mail sobre o status do pedido, que justificará seu eventual indeferimento.

§ 3º. Da decisão de indeferimento do pedido do exame de proficiência proferida pela Coordenação caberá recurso ao Colegiado de Curso, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 3º. Em caso de deferimento, a Coordenação de Curso comunicará ao Departamento de Direito de Macaé (MDI) que constituirá a banca a que alude o art. 88, § 3º da Resolução CEP nº. 001/2015 (Regulamento dos Cursos de Graduação da UFF).

Art. 4º. A plenária do Departamento de Direito de Macaé (MDI) indicará 03 (três) docentes com aderência com o componente curricular requerido para o Exame de Proficiência.

Parágrafo único. A escolha da presidência será deliberada entre os membros designados na indicação do Departamento.

Art. 5º. A presidência da banca indicará, mediante ofício dirigido à Chefia departamental, com base na ementa da disciplina, os pontos obrigatórios que serão examinados no exame de proficiência.

§ 1º. A banca examinadora poderá indicar outros títulos, além das bibliografias básicas e complementares previstas no ementário da disciplina.

§ 2º. No caso de indicação prevista no item antecedente, a presidência da banca constará no ofício a listagem de títulos recomendados.

Art. 6º. A avaliação será prestada na modalidade de prova oral, sendo esta obrigatoriamente presencial e pública, na presença dos 03 (três) membros designados, devendo o Departamento de Ensino fornecer os meios necessários à sua viabilização.

§ 1º. A avaliação deverá ser gravada em áudio e/ou vídeo e ficará arquivada na Coordenação de Curso.

§ 2º. O discente poderá assistir à gravação acompanhado do servidor técnico-administrativo, sendo vedada sua gravação ou divulgação por qualquer meio físico ou eletrônico.

§ 3º. Durante a realização do exame, fica vedada a utilização de qualquer material de consulta, ressalvados aqueles autorizados pela banca examinadora.

Art. 7º. A avaliação do discente em disciplina cursada na forma de Exame de Proficiência terá por base notas atribuídas numa escala de 0,0 a 10,0 (zero a dez) com apenas uma casa decimal.

Art. 8º. Após aprovação no exame de proficiência, serão registrados no Histórico Escolar a(s) nota(s) obtidas no exame, frequência suficiente e a informação que a aprovação foi obtida por exame de proficiência.

Art. 9º . Os casos omissos deverão ser apreciados e decididos pelo Colegiado de Curso.

Art. 10 . Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação.

ANEXO ÚNICO

REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EXAME DE PROFICIÊNCIA

Nome do Requerente:	
Matrícula:	
Filiação:	
Período regularmente matriculado:	
Disciplina(s) que deseja requerer o Exame de Proficiência:	
Justificativa acadêmica:	

Eu, _____, acima qualificado, estou ciente dos termos da Instrução Normativa nº. XX/2023 e da Resolução CEP/UFF nº. 001/2015 e manifesto minha concordância expressa.

Macaé, _____ de _____ de _____.”

- 5) O Colegiado do Curso decide, por unanimidade, encaminhar ao Departamento de Direito de Macaé a proposta de revogação do art. 3º da INSTRUÇÃO NORMATIVA MDI/UFF Nº 04 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021, no sentido de excluir a possibilidade de formação de turma especial.
- 6) Análise e deliberação acerca da proposta de alteração da Resolução do Colegiado do Curso de Graduação em Direito UFF/Macaé nº 02 de 15 de setembro de 2021 (Regimento do CAJUFF) no sentido de regulamentar as atividades simuladas, as visitas técnicas guiadas e a realização de práticas que empreguem os métodos adequados de solução de conflitos. O Colegiado do Curso, por maioria, decide aprovar a proposta de alteração, abstendo-se o Professor Paulo Brasil Dill. A resolução passará a contar com a seguinte redação:

**RESOLUÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO UFF/MACAÉ N.º 01
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023**

A presente resolução altera disposições da Resolução do Colegiado do Curso de Graduação em Direito UFF/Macaé N.º 02 de 15 de setembro de 2021 que dispõe sobre Centro de Assistência Jurídica (CAJUFF) do Curso de Direito do Instituto de Ciências da Sociedade – Macaé da Universidade Federal Fluminense.

Art. 1º. O art. 2º da Resolução do Colegiado do Curso de Graduação em Direito UFF/Macaé N.º 02 de 15 de setembro de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. (...)

d) visitação guiada a instituições e órgãos do sistema de justiça ou que nele atuam.

III. priorizar a implementação e promoção de meios adequados de solução de conflitos, dentre os quais a arbitragem, a negociação, a conciliação, a mediação, práticas restaurativas em geral e a facilitação de diálogos.

Art. 2º. O art. 6º da Resolução do Colegiado do Curso de Graduação em Direito UFF/Macaé N.º 02 de 15 de setembro de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º.(...)

VI. Secretaria.

Art. 3º. O art. 7º da Resolução do Colegiado do Curso de Graduação em Direito UFF/Macaé N.º 02 de 15 de setembro de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. O CAJUFF-Macaé, com base no Projeto Pedagógico do Curso e nas necessidades sociais e econômicas do município de Macaé e região dos lagos e norte fluminense, buscará adequar suas atividades nas áreas Cível, Penal, Trabalhista e Família, com vistas a acomodar conhecimentos práticos de contencioso judicial, tais como arbitragem, negociação, conciliação, mediação, práticas restaurativas em geral e facilitação de diálogos, com ênfase nas diversas formas de solução de conflitos, práticas de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico, inclusive com a realização de atividades de prática simulada e visitação guiada.

Art. 4º. O art. 8º da Resolução do Colegiado do Curso de Graduação em Direito UFF/Macaé N.º 02 de 15 de setembro de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º,

X – incentivar a realização de atividades de prática simulada e visitação guiada coordenadas pelos Professores-Orientadores;

XI – fomentar a utilização e promoção de meios adequados de solução de conflitos, tais como

arbitragem, negociação, conciliação, mediação e práticas restaurativas em geral.

Art. 5º. O art. 10º da Resolução do Colegiado do Curso de Graduação em Direito UFF/Macaé N.º 02 de 15 de setembro de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. (...)

VIII – Oferecer atividades de prática simulada;

IX – Incentivar, promover e utilizar meios adequados de solução de conflitos, tais como arbitragem, negociação, conciliação, mediação e práticas restaurativas em geral.

Art. 6º. A Resolução do Colegiado do Curso de Graduação em Direito UFF/Macaé N.º 02 de 15 de setembro de 2021 passa a vigorar com acréscimo dos seguintes dispositivos:

TÍTULO IV

CAPÍTULO II-A

Art. 17º-A. As Atividades de Prática Simulada integram o conjunto de atividades desempenhadas no estágio supervisionado desenvolvidas no CAJUFF, devendo proporcionar uma educação jurídica interdisciplinar, tendo como finalidade a integração entre a teoria e a prática do Direito.

§1º As Atividades de Prática Simulada são oferecidas e organizadas pelos Professores-Orientadores, por elas responsáveis, e auxiliados, caso necessário, pelos Residentes Jurídicos em atuação junto ao CAJUFF.

§2º As Atividades de Prática Simulada podem ser remotas ou presenciais, realizadas nas dependências da sala do CAJUFF ou, a critério do Professor-Orientador, em outro local compatível e adequado à sua realização.

§3º As Atividades de Prática Simulada são estratégias pedagógicas de ensino e aprendizagem e, como tais, inseridas no âmbito da liberdade de cátedra de cada Professor-Orientador, que poderá conferir-lhes o formato, as características, conteúdo, objetivos, requisitos e demais elementos constitutivos do modo que entender pertinentes, observados o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), bem como as ementas e conteúdo programático de cada disciplina de Estágio Supervisionado.

§4º As Atividades de Prática Simulada deverão ser comunicadas à Coordenação do CAJUFF para fins de registro, arquivamento e ampla divulgação em redes sociais.

Art. 17º-B. Os meios adequados de solução de conflitos, tais como arbitragem, conciliação, mediação, práticas restaurativas em geral e facilitação de diálogos, compõem pilares essenciais e objetivos prioritários do atendimento e atuação do CAJUFF em todos os seus atendimentos e demandas, sendo sua promoção e implementação de responsabilidade dos Professores-Orientadores, auxiliados, se necessário, pelos Residentes Jurídicos.

§1º Os meios adequados de solução de conflitos, tais como arbitragem, conciliação, mediação, práticas restaurativas em geral e facilitação de diálogos serão oferecidos no âmbito das disciplinas de Estágio Supervisionado e poderão ser promovidos e implementados nas dependências da sala do CAJUFF ou, a critério do Professor-Orientador, em outro local compatível.

§1º Os meios adequados de solução de conflitos, tais como arbitragem, conciliação, mediação, práticas restaurativas em geral e facilitação de diálogos por eles responsáveis, e auxiliados, caso necessário, pelos

Residentes Jurídicos em atuação junto ao CAJUFF.

§2º Os meios adequados de solução de conflitos, tais como arbitragem, conciliação, mediação, práticas restaurativas em geral e facilitação de diálogos são, também, estratégias pedagógicas de ensino e aprendizagem, e, como tais, inseridas no âmbito da liberdade de cátedra de cada Professor-Orientador, que as implementará e promoverá no formato, quantidade e oportunidade que entender cabíveis, desde que em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), bem como as ementas e conteúdo programático de cada disciplina de Estágio Supervisionado.

§3º A Coordenação do CAJUFF incentivará a oferta de meios adequados de solução de conflitos, tais como arbitragem, conciliação, mediação, práticas restaurativas em geral e facilitação de diálogos, buscando parcerias, convênios ou ações extensionistas em geral com Instituições e Órgãos especializados do sistema de justiça ou que nele atuam.

§4º A implementação, promoção e oferta, pelo CAJUFF, de meios adequados de solução de conflitos, tais como arbitragem, conciliação, mediação, práticas restaurativas em geral e facilitação de diálogos, observará a legislação processual em vigor, bem como demais normas e resoluções eventualmente aplicáveis.

Art. 17º-C. A visitação guiada integra o conjunto de atividades desempenhadas no estágio supervisionado desenvolvidas no CAJUFF, devendo proporcionar uma educação jurídica interdisciplinar, tendo como finalidade a integração entre a teoria e a prática do Direito, bem como o conhecimento e aprendizagem com os próprios atores e operadores do Direito em seus espaços de atuação.

§1º As visitas guiadas, presenciais ou remotas, são organizadas diretamente pelos Professores-Orientadores, por elas responsáveis, e auxiliados, caso necessário, pelos Residentes Jurídicos em atuação junto ao CAJUFF; ou por Professores Externos, desde que promovam atividades em parceria com Professores Orientadores do CAJUFF.

§2º As visitas guiadas são, também, estratégias pedagógicas de ensino e aprendizagem, e, como tais, inseridas no âmbito da liberdade de cátedra de cada Professor-Orientador, que as implementará e promoverá no formato, quantidade e oportunidade que entender cabíveis, desde que em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), bem como as ementas e conteúdo programático de cada disciplina de Estágio Supervisionado.

§3º A Coordenação do CAJUFF incentivará a oferta de visitação guiada, presencial ou virtual, buscando parcerias, convênios ou ações extensionistas em geral com Instituições e Órgãos especializados do sistema de justiça ou que nele atuam.

§4º As visitas guiadas deverão ser comunicadas à Coordenação do CAJUFF para fins de registro, arquivamento e ampla divulgação em redes sociais.

Art. 22-A. A Coordenação do CAJUFF deverá enviar ao Núcleo Docente Estruturante, para informação e análise conjunta por seus membros, ao final de cada semestre letivo, relatório detalhado das atividades realizadas, indicando:

- I - o número de atendimentos,**
- II - relação dos processos ativos,**
- III- descrição das atividades realizadas;**
- IV - quadro de pessoal;**
- V - estrutura física.**

§1º - Uma vez analisado pelo NDE, o órgão encaminhará o Relatório ao Colegiado de Curso para informe, análise por seus membros e registro.

§2º - sem prejuízo do disposto no caput, caberá ao CAJUFF a elaboração de um plano de metas a serem alcançadas, propondo e especificando as atividades reais e simuladas a serem realizadas no período seguinte, respeitada a liberdade de cátedra de cada Professor-Orientador, que as implementará e promoverá no formato, quantidade e oportunidade que entender cabíveis, desde que em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), bem como as ementas e conteúdo programático de cada disciplina de Estágio Supervisionado.

Art. 7º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

- 7) Análise e deliberação acerca da proposta do NDE sobre a indicação da quantidade mínima de obras que devem constar das bibliografias básicas e complementares no formulário de especificação de disciplina/atividade. O Colegiado do Curso decide, por unanimidade, aprovar a proposta do NDE para que constem, no mínimo, três referências bibliográficas básicas e duas referências bibliográficas complementares para as disciplinas obrigatórias e optativas.
- 8) Ficam definidas as seguintes datas para realização das reuniões ordinárias do Colegiado do Curso para o ano de 2024: 19/02 (segunda-feira), 12/03 (terça-feira), 17/04 (quarta-feira), 16/05 (quinta-feira), 14/06 (sexta-feira), 15/07 (segunda-feira), 13/08 (terça-feira), 18/09 (quarta-feira), 17/10 (quinta-feira), 08/11 (sexta-feira) e 09/12 (segunda-feira). As reuniões serão realizadas, sempre, no horário das 16h.

Nada mais havendo a deliberar e não havendo registros por parte de nenhum dos presentes, encerrou-se a presente reunião Extraordinária às 17:25. Eu, Francisco de Assis Aguiar Alves, lavrei a presente ata. A ata estará disponível para consulta na página da Coordenação do Curso.

Fabiano Gosi de Aquino – SIAPE nº 3009655
Coordenador do Curso de Graduação em Direito em Macaé

Francisco de Assis Aguiar Alves – SIAPE n.º 2957703
Vice-coordenador do Curso de Graduação em Direito em Macaé

Camilo Plaisant Carneiro – SIAPE nº 3061905
Chefe do Departamento de Direito de Macaé

Andreza Aparecida Franco Camara – SIAPE nº 1802275
Subchefe do Departamento de Direito de Macaé - Docente titular

Hamilton Gonçalves Ferraz - SIAPE nº 1411976
Coordenador do CAJUFF

Carlos Victor Nascimento dos Santos – SIAPE n.º 1228125
Vice-coordenador do CAJUFF

David Augusto Fernandes - SIAPE nº 1211036

Docente titular

Lúcia Souza D'Aquino – SIAPE: 1210281

Docente Titular

Jorge Luiz Lourenço das Flores– SIAPE nº 1774654

Docente titular

Paulo Brasil Dill Soares – SIAPE nº 1765397

Docente titular

Saulo Mendonça Bichara– SIAPE nº 1949734

Docente titular

Daniel Arruda Nascimento – SIAPE nº 1733382

Docente suplente

José Antônio Callegari – SIAPE nº 3195049

Docente suplente

Heron Abdon Souza– SIAPE nº 1046508

Docente Suplente

Álvaro dos Santos Maciel – SIAPE nº 3353221

Docente suplente

Lúcio Picanço Facci – SIAPE nº 1585424

Docente suplente